

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

### PROJETO DE LEI N.º 1.333, DE 2003

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa a ser administrado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**Autor:** Deputado CARLOS NADER

**Relator:** Deputado CARLITO MERSS

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 1.333, de 2003, de autoria do nobre Deputado Carlos Nader, pretende autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Micro e Pequena Empresa. O referido fundo seria gerido pelo BNDES e constituir-se-ia de dez por cento da receita de investimentos para as micro e pequenas empresas.

Conforme a proposição, os financiamentos concedidos pelo Fundo submeter-se-ão à correção de saldo devedor pelo Índice Geral de Preços – Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, e a uma taxa de juros anual de no máximo doze por cento.

Apreciado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, o Projeto de Lei n.º 1.333/2003 foi unanimemente rejeitado.

Decorrido o prazo regimental nesta Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



5AA9BFC750

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira à luz do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, bem como à luz das disposições da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, somente aquelas proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira. Nesse mesmo sentido, dispõe a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação que, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe concluir se a proposição é adequada ou não.

Da análise do Projeto de Lei n.º 1.333, de 2003, verifica-se que não há implicação orçamentária e financeira, na medida em que se refere a operações de crédito no âmbito exclusivo do BNDES.

Em relação ao mérito, considera-se louvável a preocupação do ilustre Autor com as micro e pequenas empresas, segmento econômico tão importante para a geração de emprego e de renda no País. Entretanto – e a despeito do caráter meramente autorizativo do Projeto de Lei n.º 1.333/2003 –, o BNDES já disponibiliza linhas de crédito às micro e pequenas empresas em condições mais vantajosas que as ora propostas, razão pela qual a proposição mostra-se superada.

Diante do exposto, somos pela não-implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública federal, não



cabendo à Comissão pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei n.º 1.333, de 2003. No mérito, somos pela rejeição do Projeto de Lei n.º 1.333, de 2003.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputado CARLITO MERSS  
Relator



5AA9BFC750

ArquivoTempV.doc



5AA9BFC750